



Universidades Lusíada

Garcia, Francisco Proença, 1961-

O sistema de defesa antimíssil da Aliança Atlântica

<http://hdl.handle.net/11067/1033>

<https://doi.org/10.34628/9aw5-gk51>

Metadados

| | |
|---------------------------|---|
| Data de Publicação | 2012 |
| Resumo | Esta breve intervenção está organizada em quatro tópicos. Com o primeiro procuramos saber a resposta aos motivos que levam a Aliança a desenvolver esta capacidade militar, em segundo lugar interessa perceber como é desenvolvido o sistema. Falar em defesa antimíssil na NATO implica forçosamente falar em novas formas de dissuasão e no reforço do link transatlântico, tema a abordar no terceiro tópico e, por último é forçoso abordar ainda a temática da cooperação com a Rússia (RUS)... |
| Palavras Chave | Segurança internacional - Europa - Século 21, Dissuasão (Estratégia) Defesa antimíssil - - Europa - - Século 21, Organização do Tratado do Atlântico Norte - - Século 21, Europa - Política militar, Rússia (Federação) - - Política militar |
| Tipo | article |
| Revisão de Pares | Não |
| Coleções | [ULL-FCHS] LPIS, n. 06-07 (2012) |

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:26:29Z com informação proveniente do Repositório

O SISTEMA DE DEFESA ANTIMÍSSIL DA ALIANÇA ATLÂNTICA

Francisco Proença Garcia

Tenente-Coronel do Exército, Agregado em Relações Internacionais.
email: garcia.smgpp@mail.exercito.pt

Resumo: Esta breve intervenção está organizada em quatro tópicos. Com o primeiro procuramos saber a resposta aos motivos que levam a Aliança a desenvolver esta capacidade militar; em segundo lugar interessa perceber como é desenvolvido o sistema. Falar em defesa antimíssil na NATO implica forçosamente falar em novas formas de dissuasão e no reforço do *link* transatlântico, tema a abordar no terceiro tópico e, por último é forçoso abordar ainda a temática da cooperação com a Rússia (RUS).

Palavras-Chave: Defesa Anti-Míssil / Nuclear / Cooperação com a Rússia / Dissuasão.

Abstract: This brief intervention is organized into four topics. With the first we try to know the answer to the reasons that lead the Alliance to develop the military capacity, and secondly interested to see how the system is developed. Speaking on the NATO missile defense necessarily involves talking about new forms of deterrence and strengthening the transatlantic link, topic to be addressed in the third topic, and finally it must also address the issue of cooperation with Russia (RUS).

Key-Words: Missile Defense / Nuclear / Cooperation with Russia / Deterrence.

Porquê?

A ameaça colocada pelo dilema da proliferação de Armas de destruição massiva (ADM) cria uma alteração significativa na segurança internacional. Aproximamo-nos, a passos largos, de uma situação de não retorno, em que o desgaste dos Tratados pode levar a um efeito de cascata na proliferação, sendo os casos mais problemáticos identificados no Médio-Oriente e no Golfo Pérsico, onde, se prevê, que se o Irão adquirir esta capacidade, a Arábia Saudita e a Turquia lhe seguirão as passadas.

A Comunidade Internacional deve preocupar-se com esta situação, dado que há um incremento de actores estatais e não-estatais que procuram construir/obter as suas próprias ADM. Estes podem depois constituir-se em fontes de proliferação, assumindo particular relevo a ameaça que constitui a possibilidade de grupos terroristas terem acesso a tecnologia nuclear e poderem chantagear, destabilizar ou concretizar acções de terror.

Hoje são 9 os Estados identificados com arsenais nucleares, de um total de 12 que têm programas de armamento nuclear. Há ainda um total de 27 países que possuem mísseis balísticos.

Um outro perigo prende-se com a criação de *stocks* elevados de material nuclear e radioactivo, estando algumas quantidades armazenadas em condições que oferecem pouca segurança.

O factor humano desempenha também um importante papel. Há cientistas que trabalham no sector que expressaram a sua disponibilidade em trabalhar para Estados considerados proliferadores. Um outro exemplo surge com Qadeer Khan, pai do programa nuclear Paquistanês, que criou o Walmart do sector privado da proliferação. Ao que tudo indica, Khan foi o grande responsável pela proliferação Sul-Sul, tendo criado uma rede internacional clandestina relacionada com a proliferação de tecnologia de armamento nuclear, do Paquistão para a Líbia, Irão e Coreia do Norte.

Nestas circunstâncias, o risco de acesso por elementos terroristas a tecnologia nuclear aumenta significativamente e, não podemos deixar de ter em conta que a liderança da al-Qaeda tem tentado, de forma sustentada, adquirir, furtar ou conceber uma ADM.

Esta persistência na proliferação, para além dos motivos de prestígio internacional e mesmo de economia, acontece sobretudo pela percepção de segurança que a posse de uma arma nuclear confere, nomeadamente quanto a uma eventual intervenção militar norte-americana. Mas a proliferação também se prende com a crença existente entre os estados com capacidade nuclear, do atual e contínuo valor daquele tipo de armamento, o que nos conduz ao círculo da dissuasão, incentivando aqueles que o não possuem, a adquiri-lo.

No atual complexo ambiente estratégico, a Aliança considera como a sua principal ameaça, e que terá de enfrentar durante os próximos 10 a 15 anos, a proliferação de ADM e o Terrorismo nuclear.

Mas apoiemos as nossas afirmações nas palavras do Secretário-Geral da NATO, proferidas este Verão no *Royal United Services Institute* em Londres:

As we sit here discussing missile defence, some people elsewhere in the world are discussing missile attack

Alguns Estados têm capacidade de atingir o território Europeu, outros podem vir a ameaçar interesses da Aliança, em consequência da evolução tecnológica e do infundável desafio do combate à proliferação de armas de destruição massiva. O Secretário-Geral da NATO, considera assim que aliados não podem permitir que o seu espaço possa vir a ser violado ou atacado, sendo a NATO responsável pela defesa das suas Forças, do seu território e também pela protecção de cerca de 900 milhões de pessoas que vivem no espaço transatlântico.

Os sistemas de defesa antimíssil (MD), que descreveremos adiante, estão a ser desenvolvidos para fazer face a uma possível ameaça de mísseis balísticos e, na Cimeira dos 60 anos da Aliança que teve lugar em Estrasburgo/Kehl, com base na análise técnica e político-militar, foi decidido que a ameaça deveria ser abordada por prioridades, motivo pela qual se entende que no imediato, a principal ameaça balística que a Aliança poderá enfrentar é proveniente do Médio-Oriente, nomeadamente do Irão.

Irão que actualmente tem potencial conhecimento científico e tecnológico para desenvolver armas nucleares e desenvolve programas de enriquecimento de urânio e de produção de plutónio e, será capaz de desenvolver, construir e testar um engenho nuclear de um desenho simples, em dois ou três anos, após decisão para o executar, podendo levar cinco anos para transitar de um engenho simples para o desenvolvimento de uma ogiva nuclear capaz de ser acoplada num míssil balístico.

Em paralelo com o programa nuclear, o Irão desenvolve mísseis balísticos, com o objectivo aparente de ser capaz de projectar ogivas nucleares para além das suas fronteiras.

Esta, recordamos, é uma ameaça hipotética, pois apesar de o Irão desenvolver todas estas capacidades, não há evidência que procure ameaçar territórios, Forças ou populações da Aliança.

Como?

Na última Cimeira foi reafirmado que a proliferação de mísseis balísticos coloca uma crescente ameaça às Forças, territórios e população dos Aliados, sendo que a MD constitui parte de uma resposta mais alargada para conter essa ameaça. Mas, ao falarmos em MD na NATO temos de abordar o tema em duas grandes áreas: Defesa de Teatro e defesa Territorial.

Active Layered Theatre Ballistic Missile Defence (ALTBMD)

O Programa do ALTBMD tem em vista o desenvolvimento de uma capacidade de defesa anti-míssil, capaz de conferir protecção às forças NATO, fundamentalmente para mísseis balísticos com alcances até 3000 Km. O estudo de viabilidade deste Programa foi lançado em Julho 2001 como resposta à proliferação das tecnologias ligadas ao emprego de mísseis balísticos e à existência de equipamentos capazes de alcançar partes do território da Aliança (podendo, mesmo, transportar ADM). Em Março de 2004, o Conselho do Atlântico Norte aprovou o programa ALTBMD que foi posteriormente ratificado pelos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira de Istanbul.

Este programa desenvolve-se por fases de implementação e baseia-se na integração dos diferentes sistemas em uso nas nações NATO. A *Interim Operational Capability* ou fase interina, foi concluída este ano e garante já protecção às curtas distâncias, estando atualmente em desenvolvimento a *Initial Operational Capability* que servirá para apoio à NATO Response Force, à qual se segue uma *Full Lower Layer TMD C2*, implementada através da estrutura de comandos fixa e móvel da Aliança; e, por último, a *Integrated Upper/Lower Layer C2*. A arquitectura final espera-se que seja atingida em 2017.

Na cimeira que aprovou o novo Conceito Estratégico e que decorreu em Lisboa, os Estados membros aprovaram o objetivo do programa de comando, controlo e comunicações do ALTBMD, ser expandido para que a protecção seja garantida às populações e territórios dos Estados membros da Aliança.

Atualmente decorrem estudos para verificar a viabilidade da integração deste sistema no novo sistema norte-americano, sendo que o ALTBMD, é a base do sistema de defesa antimíssil territorial da Aliança.

Defesa antimíssil Territorial

Foi na Cimeira de Praga em 2002 que foi decidido o lançamento de um estudo de exequibilidade do ambicioso projecto do *Territorial Missile Defence*, que tem como objectivo proteger não só as forças, como o território e as populações das nações da Aliança e, a 17 de Setembro de 2009, o Presidente Obama apresentou uma nova visão para a defesa antimíssil, o que veio alterar os trabalhos em curso na Aliança. A solução apresentada caracteriza-se essencialmente por

se desenvolver em quatro fases até 2020 e foi designada como *Phased Adaptive Approach* (PAA).

Na Cimeira de Lisboa este foi um dos temas centrais. O projecto tem como objectivo proteger as forças, o território e as cidades com mais de 125.000 habitantes. A capacidade de defesa anti-míssil será desenvolvida a partir da arquitectura do Sistema Integrado de Defesa Aérea da Aliança, constituindo uma estrutura integrada dos dois sistemas (defesa aérea e antimíssil).

O Sistema a criar baseia-se nos diversos contributos nacionais. Os EUA disponibilizaram o seu actual modelo, o PAA, que deverá ser complementado com os sistemas de outros Aliados, tendo a NATO de fornecer o sistema de Comando, Controlo, Comunicações e de Gestão de Batalha, que será criado a partir da expansão do Sistema ALTBMD.

O projeto teve por base, por um lado, uma reavaliação da ameaça balística, nomeadamente por o Irão progredir mais rapidamente do que estava inicialmente previsto na sua capacidade de produção de mísseis de curto e médio alcance e, por outro lado, aproveitar a tecnologia e os meios disponíveis – os navios *Aegis* com interceptores SM-3 Block I-A – para fazer face à ameaça. Desta forma antecipa-se a efectiva protecção do território europeu em alguns anos. O sistema deverá evoluir em quatro fases:

- A partir de 2011, a operacionalização do projecto terá, essencialmente, por base os interceptores móveis colocados a bordo de navios no Mediterrâneo oriental. Capacidade de defesa para mísseis de curto e médio alcance (entre 1000 e 3000 km);
- A partir de 2015, numa segunda fase, o sistema será complementado por interceptores terrestres, localizados no Nordeste europeu;
- Até 2018 será efectuado o alargamento para o dobro da área de cobertura graças ao novo interceptor (SM-3 Block IIA) desenvolvido em cooperação com o Japão e a instalação de três novos sites, dois em terra (Roménia em 2015 e Polónia em 2018) e um no Mediterrâneo. Nesta fase também se terá novas capacidades de detecção e deverá cobrir todo o território e populações dos países da NATO contra MRBM/IRBM (até 5500 km);
- Finalmente, em 2020, o sistema deverá ter capacidade de interceptar mísseis intercontinentais (+ 5500 km), conferindo cobertura completa do território europeu da Aliança.

Esta abordagem terá menores custos do que outras apresentadas anteriormente, será mais flexível e adaptável, apresenta uma maior capacidade de sobrevivência e garantirá o princípio fundamental da indivisibilidade da Segurança para todos os membros da Aliança, sendo que, a arquitectura se desenvolve face à evolução da ameaça, tendo sido decidido que a prioridade na resposta deve antes incidir sobre os mísseis de curto e médio alcance, relativamente aos quais o Irão, como já referimos anteriormente, dispõe de capacidade desenvolvida. Quanto aos mísseis intercontinentais, a revisão

efectuada concluiu que o acesso a uma tecnologia fiável e disponível não será uma realidade, no curto e médio prazo.

Este projeto ilustra bem os benefícios da *Smart Defence* conseguida com as economias de escala de abordagens multinacionais, tendo a Aliança como objectivo anunciar uma capacidade interina já na próxima Cimeira em Chicago.

Todo este sistema deve ser avaliado de uma forma global, inserido no âmbito de uma estratégia de dissuasão norte-americana que engloba diversos parceiros. Na Ásia o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan; no médio oriente Israel, Arábia Saudita, Kuwait e Turquia e, na Europa, a Alemanha, Holanda, Espanha e Grécia, todos dotados de sistemas *Patriot*. De lembrar que a Espanha e Noruega possuem também navios *Aegis*.

O Link Transatlântico

Esta questão demonstra a importância do papel crítico do *link* transatlântico e não pode também ser desligada da presença nuclear norte-americana na Europa. Enquanto esta se mantiver, a NATO deve desenvolver a defesa antimíssil como um elemento da sua postura defensiva cada vez mais importante, acrescentando assim um importante vector de dissuasão pela negação. Um sistema de defesa antimíssil efectivo pode ser complementar e eventualmente, a seu tempo, o substituto da *nuclear sharing*, como meio de manter os EUA empenhados na Defesa Europeia; acresce que alguns Estados-Membro, não sentirão a necessidade de desenvolver os seus próprios meios nucleares, e ainda, este sistema não manterá na Aliança o estatuto diferenciador entre países nucleares e não nucleares.

Recordamos que as actuais Forças nucleares disponíveis para a Aliança, já não se destinam a ser empregues contra um país ou alvo específico e o seu emprego é extremamente remoto, sendo a sua função política, enviando uma mensagem de dissuasão clara por parte da Aliança.

Esta capacidade continua a proporcionar uma resposta gradual e proporcional a um qualquer risco emergente, evitando uma escalada massiva; mas e sobretudo, continuam a dar a clara indicação política que mantêm o *link* transatlântico e o garante da *Extended Deterrence*, ficando sempre um sinal político negativo com a sua retirada.

Cooperação com a Rússia

O diálogo com a RUS é fundamental em áreas cruciais para a segurança internacional, como sejam as discussões em torno do controlo de armamento, desarmamento e não proliferação, armas convencionais e nucleares, defesa antimíssil, segurança energética, bem como de tudo o que se relaciona com o espaço e o ciberespaço. Acresce que este relacionamento é igualmente relevante para as operações que decorrem no Afeganistão, no combate ao terrorismo, ao tráfico de droga e à pirataria.

De entre os programas em curso no âmbito do Nato Russia Council (NRC), é de destacar a cooperação a nível *Theatre Missile Defence*. Este programa tem como objectivo conseguir a interoperabilidade entre os meios da RUS e da NATO, com o consequente aumento da eficácia global do sistema.

A mais recente doutrina militar russa considera o alargamento da NATO uma das principais ameaças à sua segurança, isto em paralelo com o desenvolvimento do eventual sistema antimíssil, perturbadores da actual estabilidade e alinhamento no campo do nuclear, bem como da militarização do espaço e a projecção de sistemas de armas estratégicas não nucleares.

A RUS reserva o direito de empregar armas nucleares em resposta à utilização deste tipo de armas ou de qualquer outro tipo de ADM contra si ou contra os seus Aliados, ou também de qualquer outro tipo de armas contra a Federação, desde que a existência do Estado esteja sobre ameaça, Deixa no entanto a porta aberta para negociações no que ao MD diz respeito, pois admite a possibilidade da criação de mecanismos para a regulação e cooperação bi e multi-lateral neste âmbito. Tudo depende do papel que lhe for atribuído e do grau de participação no processo de decisão.

Mas porquê a preocupação e a insistência com o envolvimento russo no MD? Com efeito, a RUS possui capacidades de detecção, identificação e *tracking* de um qualquer disparo, que seriam não só um contributo útil, como um corte nos custos de todo o projecto MD territorial. Esta cooperação é ainda fundamental pelas consequências associadas aos destroços que surgirão após a intercepção/destruição de um qualquer míssil cujo alvo se localize em certas regiões da Europa, uma vez que o território russo terá a probabilidade de ser o território mais afectado.

Os EUA referem e forçam mesmo no seio da Aliança esta eventual cooperação com os russos na partilha de informação e na área dos radares, aproveitando a sua oferta, em 2007, de utilização das instalações em Kabala (Azerbaijão), e, em Armavir (Rússia), devido à sua capacidade para uma detecção precoce de lançamentos a partir do Irão.

Esta cooperação deve assentar numa relação de confiança, no acordo de princípios e objetivos políticos, mas Autoridades russas continuam a mostrar preocupação quanto às fases III e IV do sistema e, pretendem obter garantias que não afectem o equilíbrio estratégico. Os EUA tentam explicar que a capacidade de intercepção do sistema *European Phased Adaptive Approach* não se destina, nem tem capacidade de interceptar mísseis intercontinentais. Porém, apesar das garantias de que o programa MD não se destina a fazer face aquela nação, mas fundamentalmente à ameaça crescente do Irão, os russos, caso não sejam membros activos no processo, rogam-se no direito de considerar ameaça, todo o míssil que cruzar o seu espaço e de tomar as medidas que entenderem por adequadas, assumindo actualmente uma posição interessante, definida pelo seu Representante Permanente junto da Aliança, Embaixador Rogosin como de *trust but verify*. No fundo tudo dependerá do papel que lhe for atribuído e do grau de participação no processo de decisão.

Quando a Aliança Atlântica convidou a RUS para cooperar num modelo de defesa antimíssil do território europeu, previa a existência de dois sistemas independentes e coordenados, não abdicando a NATO da sua responsabilidade exclusiva pela defesa do território dos seus Aliados.

A insistência do Presidente Medvedev num sistema único, com uma componente de comando e controlo centralizada, e dividido em sectores regionais, veio de algum modo atrapalhar a metodologia pensada para o prosseguimento deste importante mandato dimanado de Lisboa.

A Aliança apresentou a proposta de criação de dois centros conjuntos, um mais no âmbito técnico para fusão de dados, e outro para negociações e trabalho de estado-maior. Estes centros permitirão a obtenção de um panorama operacional comum. A informação fluirá para o Centro através dos sensores da NATO, e da RUS. Este conceito mantém dois sistemas independentes, protegendo NATO o território da Aliança e RUS o seu território; esta independência de sistemas permite que o ciclo de controlo de disparo fique também ele independente do centro conjunto de processamento de dados.

Um ano após a Cimeira de Lisboa, é possível testemunhar evoluções nas posições russas em relação ao desafio lançado pela NATO. Hoje Rogosin, embora não oculte ainda algum cepticismo, reconhece que o sistema antimíssil da Aliança é possível de concretizar com a RUS ou contra a RUS. Da reunião do NRC ocorrido a quatro de Julho deste ano em Sochi, o Secretário-Geral da Aliança reiterou na conferência de imprensa, o empenhamento da Aliança e da RUS no estabelecimento de um ambiente de confiança recíproca em prol da segurança internacional, considerando que esta postura dará um novo impulso ao compromisso estabelecido pelo programa de defesa anti-míssil da Aliança.

Concluía com um desafio para o debate. Para mim, nesta discussão o mais importante é a manutenção da *foot print* norte-americano no Velho Continente, essa é a verdadeira importância político-estratégica do Programa de defesa antimíssil.

Bibliografia e outras Fontes:

- ANTHONY, Ian (2010) - The future of nuclear weapons in NATO: a SIPRI study. Apresentação efectuada durante a Annual NATO Conference on WMD Arms Control, Disarmament and Non-Proliferation, realizada em Praga em Junho de 2010.
- EASTWEST INSTITUTE (2009) - Iran's Nuclear And Missile Potential. A joint Threat assessment by US And Russian Technical Experts. Brussels.
- FITZPATRICK, Mark (2010) - Iran's Ballistic Missile Capabilities: A net assessment. International Institute for Strategic Studies, London.

- JOHNSON, Rebecca (2010) - The 2010 NPT Review Conference: Moving beyond partial non-proliferation approaches. Apresentação efectuada durante a Annual NATO Conference on WMD Arms Control, Disarmament and Non-Proliferation, realizada em Praga em Junho de 2010.
- KENNEDY, Laura (2010) - The NPT Review Conference and disarmament: a participant's perspective, efectuada durante a Annual NATO Conference on WMD Arms Control, Disarmament and Non-Proliferation, realizada em Praga.
- NATO DEFENSE COLLEGE (2010) - Workshop report - The future of NATO's Nuclear Deterrent: The new Strategic Concept and the 2010 NPT Review Conference. Rome.
- SAUER, Tom (2009) - A Second nuclear revolution: From nuclear primacy to post existential Deterrence. Taylor and Francis.
- SMITH, Mark (2010) - Disarmament in the Anglo-American context. In Nuclear weapons after the 2010 NPT Review Conference, Chaillot Paper - n°120, April 2010, pp. 71-86.
- SIPRI (2010) - Yearbook, Stockholm.
- THRANERT, Oliver (2009) - NATO Missile Defence and Extended Deterrence. In Survival, vol 51, n° 6 Dec/Jan, pp.63-76.
- TNO (2007) - Missile Defence, an overview. The Hague.

Sítios na Internet

- PUTIN, Vladimir (2006) - Opening Remarks at Meeting With Heads of the Russian Nuclear Weapons and Nuclear Energy Complexes; In Novo-Ogaryovo, 9 de Junho, disponível no President of Russia Official Web Portal, http://www.kremlin.ru/eng/text/speeches/2006/06/09/1952_type_82912type82913106757.shtml.
- http://russianforces.org/blog/2010/02/new_russian_military_doctrine.shtml
- <http://www.mda.mil/system/paa.html>.
- http://www.nato.int/cps/en/natolive/news_52837.htm?mode=pressrelease
- <http://www.nato.int/docu/pr/2002/p02-127e.htm>
- <http://www.nato.int/docu/pr/2004/p04-096e.htm>
- <http://www.nato.int/issues/nuclear/sec-environment.html>.
- <http://www.nato.int/strategic-concept/expertsreport.pdf>
- JOHNSON, Rebecca (2010) - Assessing the 2010 NPT Review Conference. <http://www.acronym.org.uk/>